



357
e

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0308834-4

Agravante: Município de Água Preta

Advogado: Dr. Yul Aristóteles de Melo

Agravados: Elias Alberto Lins de Goes e Outro

Advogado: Dr. Elias Alberto Lins de Góes

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 149-A DA CF. MÉRITO DO TEMA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELA CONSTITUCIONALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO. MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA. AÇÃO POPULAR. ALEGAÇÃO DE MAJORAÇÃO. LIMINAR DE PRIMEIRO GRAU SUSPENDENDO A COBRANÇA DA CIP. CONTRIBUIÇÃO DE CARATER GERAL. SUSPENSÃO DA COBRANÇA DESARRAZOADA. ALEGAÇÕES SEM FUNDAMENTAÇÃO PLAUSIVEL. AUSENCIA DOS REQUISITOS ESSENCIAIS PARA O DEFERIMENTO DA LIMINAR. PERICULUM IN MORA E FUMMUS BONI JURIS. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. DECISÃO UNANIME.

1. Alegam os autores da Ação Popular que a Contribuição de Iluminação Pública do Município de Água Preta possuía um percentual de aproximadamente 1% (um por cento) do valor do consumo de energia de cada residência do Município, anexando para tanto as faturas do mês de fevereiro/2012, e, após este período, a cobrança da CIP no mês de março/2012, em alguns casos chegou a triplicar, ou seja, a ter um aumento abusivo de 300%, visando tal aumento o adimplemento de dívida do município para com a CELPE, e que *"a majoração da CIP necessitaria de uma autorização legislativa para tal, fato este que se tem noticiado de que o referido projeto de Lei que autorizaria o aumento da CIP não tramitou na referida Casa Legislativa."* (fls. 38).

2. Em vista do acima exposto, levando em consideração que o novo ordenamento processual impõe a obrigatoriedade da presença simultânea de dois pressupostos imprescindíveis à atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento: a plausibilidade do direito perseguido (*fummus boni juris*) e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*), facultando ao juiz, na ausência deste último, a



352
a

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

possibilidade de converter o instrumentalizado em agravo retido.

3. Logo, da análise dos autos, como bem salientou o *Parquet* Estadual, "o que se vislumbra do cenário posto na origem é a ocorrência de *periculum in mora* inverso – favorável não ao autor popular, demandante originário, mas à entidade ré, ora agravante -, pois o deferimento do provimento liminar privaria, como de fato tem privado, o Município litigante de recursos substancial, com os quais custeia a iluminação pública local, um serviço essencial à comunidade. Nessas condições, o provimento liminar perseguido na origem não seria de todo impossível, mas para validar-se legal e constitucionalmente, deveria, no mínimo, fundar-se em prova robusta e em fortes razões de Direito. Não foi o caso. A decisão agravada veio lastreada em presunções e subjetivismos. (...)."

4. Deve-se evidenciar ainda, que o Juízo *a quo* deferiu o pleito de liminar sem ter tido a oportunidade de analisar pormenorizadamente a documentação para a devida constatação se houve ou não desproporcionalidade entre o produto da arrecadação da contribuição e o custo do serviço de iluminação pública, fragilizando a concessão da liminar deferida, e mais, o município litigante, não se negou em momento algum ao fornecimento das informações necessárias requisitadas, apenas, solicitou prazo razoável para o procedimento das mesmas, o que se mostra compreensível diante do sistema burocrático de qualquer instituição pública brasileira.

5. Outro ponto que vale atenção, diz respeito a afirmativa de majoração desproporcional da alíquota do tributo em tela, que sob este prisma, o Juízo de piso, ao invés de restringir o recolhimento do percentual correspondente ao apontado como excessivo, proibiu o recolhimento de qualquer valor da citada contribuição, sem levar em consideração que a CIP, representa importante parcela de equilíbrio financeiro dos municípios brasileiros, principalmente aqueles mais carentes, semelhantes ao município ora agravante. Nesse ínterim, mostra-se sem base lógica, retirar através de um provimento liminar, a arrecadação de uma contribuição de peso para o bom funcionamento da máquina estatal, ferindo a legítima competência tributária de um ente federado, diante, como se



353

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

sabe, tratar-se de recursos custeador de um serviço de larga relevância social, *in casu*, a iluminação pública.

6. Por sua vez, o *periculum in mora* não se apresenta evidente em favor do agravado, pois, o fato que rendeu ensejo à demanda ocorreu sem a presença da verossimilhança das alegações, o que embasa, numa ótica inversa, o risco da demora a amparar a pretensão suspensiva do município agravante, o qual está obrigado a abrir mão de recursos em sua totalidade, comprometendo seu orçamento, a qual, ante o contexto processual, não se mostra de forma satisfativa.

7. Diante disso, a antecipação dos efeitos da tutela somente deveria ser deferida em primeiro grau se houvesse nos autos provas suficientes para tornar verossímil a alegação de exacerbação do percentual permitido por lei, o que efetivamente não ocorre no caso concreto.

8. Ante o exposto, verifica-se que a fumaça do bom direito, a exemplo do perigo da demora, posicionam-se em favor da parte agravante, conforme requerido nas razões do instrumental.

9. Agravo de Instrumento provido por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 0308834-4, em sessão realizada no dia 20/05/2014, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em dar-lhe provimento, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I. 20/05/2014.
Recife, 20/05/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



3470

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0308834-4

Agravante: Município de Água Preta

Advogado: Dr. Yul Aristóteles de Melo

Agravados: Elias Alberto Lins de Goes e Outro

Advogado: Dr. Elias Alberto Lins de Góes

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Cuida-se de Agravo de Instrumento pugnando pelo emprestamento de efeito substitutivo ativo em face da decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Popular nº 0000393-25.2012.8.17.0140, que deferiu o pleito antecipatório de tutela, determinando que o Município de Água Preta e a CELPE se abstenham de cobrar a Contribuição de Custeio de Iluminação Pública, sob multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por dia de descumprimento.

Em suas razões, de fls. 02/32, aduz o município agravante que não deve prosperar as alegações do ora agravado, pois as dívidas com a iluminação pública junto a CELPE advém de muitos anos, herança das administrações passadas, e que a Contribuição de Iluminação Pública é cobrada de acordo com o consumo, e que a decisão do juízo *a quo*, incorreu em equivoco, pois não analisou os pontos principais da lide, como demonstram os documentos acostados aos presentes autos.

O Agravado deixou transcorrer *in albis* o prazo recursal sem apresentar suas contrarrazões.

O representante ministerial com assento nesta Câmara Cível ofertou parecer opinando pelo provimento integral do presente recurso.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 21 de maio de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



354
6

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo de Instrumento nº 0308834-4

Agravante: Município de Água Preta

Advogado: Dr. Yul Aristóteles de Melo

Agravados: Elias Alberto Lins de Goes e Outro

Advogado: Dr. Elias Alberto Lins de Góes

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

Fazendo uma análise dos fatos narrados e do tema em *lume*, constato que a Carta Magna em seu art. 149-A assim dispõe:

Art. 149-A: "Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 39, de 2002) Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica. (Incluindo pela Emenda Constitucional nº 39, de 2002)".

Diante das controvérsias quanto ao tema, não resta dúvida da legalidade da contribuição de Iluminação Pública, inclusive com Repercussão Geral declarada pelo Supremo Tribunal Federal, senão vejamos.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. ARTIGO 149-A DA CF. JULGAMENTO DE MÉRITO DO TEMA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELA CONSTITUCIONALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO CONTRÁRIO AO JULGADO DO STF - ARTIGO 543-B, § 4º, DO CPC - REFORMA LIMINAR DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A repercussão geral, quando reconhecida, e julgado o mérito do recurso extraordinário, enseja à instância de origem exercer o juízo de retratação, de modo a aplicar a tese firmada pelo STF no julgamento do paradigma que fundamentou a devolução do processo, consoante o disposto no artigo 543-B, § 3º, do CPC. 2. O Tribunal de origem decidiu manter o entendimento contrário à tese firmada pelo STF, cabendo a esta Corte Suprema a cassação ou reforma liminar do acórdão contrário à orientação da Corte. 3. O STF, no precedente firmado no julgamento do RE 573.675, decidiu que a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, consoante o disposto no artigo 149-A da CF/88, é constitucional. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.



355
E

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(STF - RE: 642938 SP , Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 29/05/2012, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-121 DIVULG 20-06-2012 PUBLIC 21-06-2012, undefined)

APELAÇÃO - AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO ? CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública que tem destinação vinculada - Constitucionalidade declarada pelo STF em julgamento de repercussão geral - Cobrança que se estende ao melhoramento e à expansão da rede de iluminação - Ausência de inconstitucionalidade também já proclamada pelo STF - Precedentes - Recurso não provido.

(TJ-SP - APL: 91867297420068260000 SP 9186729-74.2006.8.26.0000, Relator: Rodrigo Enout, Data de Julgamento: 01/03/2012, 14ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 18/07/2013, undefined)

Da leitura dos autos, convém evidenciar que a decisão objeto da presente interposição é proveniente de Ação Popular que teve por objeto, em suma, determinar que o Município de Água Preta e a CELPE se abstivessem de cobrar a Contribuição de Custeio de Iluminação Pública, o que foi deferido pelo Juízo *a quo*, sob multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por dia de descumprimento.

Para tanto, alegam os autores da Ação Popular que a Contribuição de Iluminação Pública possuía um percentual de aproximadamente 1% (um por cento) do valor do consumo de energia de cada residência do Município, conforme podemos depreender das faturas do mês de fevereiro/2012, anexada e, após este período, qual não foi a surpresa dos clientes da CELPE, que a cobrança da CIP no mês de março/2012, em alguns casos chegou a triplicar, ou seja, a ter um aumento abusivo de 300%.

Notícia ainda, *in verbis*, "tem-se notícias de que o Município de Água Preta/PE possuía uma dívida estratosférica para com a CELPE e, procedeu a um acordo para pagamento da mesma, conforme processos que tramitam na 1ª vara desta comarca de Água Preta/PE. E ainda, que o referido "acordo celebrado entre as partes fosse cumprido pelo Município, a saída foi a majoração da CIP pelo Prefeito deste Município, que em alguns casos tiveram aumento de 300% ou mais, a partir do mês de março/2012, conforme podemos observar das faturas dos meses de fevereiro/2012 e março/2012, de diversos cidadãos do município de Água Preta/PE;" (Fls. 38). (grifos nossos).

Alegam ainda, que "a majoração da CIP necessitaria de uma autorização legislativa para tal, fato este que se tem notícias de que o



356
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

referido projeto de Lei que autorizaria o aumento da CIP não tramitou na referida Casa Legislativa." (fls. 38).

Em vista do acima exposto, levando em consideração que o novo ordenamento processual impõe a obrigatoriedade da presença simultânea de dois pressupostos imprescindíveis à atribuição do efeito suspensivo ao agravo de instrumento: a plausibilidade do direito perseguido (*fumus boni juris*) e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação (*periculum in mora*), facultando ao juiz, na ausência deste último, a possibilidade de converter o instrumentalizado em agravo retido.

Logo, da análise dos autos, como bem salientou o *Parquet* Estadual, "o que se vislumbra do cenário posto na origem é a ocorrência de *periculum in mora* inverso - favorável não ao autor popular, demandante originário, mas à entidade ré, ora agravante -, pois o deferimento do provimento liminar privaria, como de fato tem privado, o Município litigante de recursos substancial, com os quais custeia a iluminação pública local, um serviço essencial à comunidade. Nessas condições, o provimento liminar perseguido na origem não seria de todo impossível, mas para validar-se legal e constitucionalmente, deveria, no mínimo, fundar-se em prova robusta e em fortes razões de Direito. Não foi o caso. A decisão agravada veio lastreada em presunções e subjetivismos. (...)."

Deve-se evidenciar ainda, que o Juízo *a quo* deferiu o pleito de liminar sem ter tido a oportunidade de analisar pormenorizadamente a documentação para a devida constatação se houve ou não desproporcionalidade entre o produto da arrecadação da contribuição e o custo do serviço de iluminação pública, fragilizando a concessão da liminar deferida, e mais, o município litigante, não se negou em momento algum ao fornecimento das informações necessárias requisitadas, apenas, solicitou prazo razoável para o procedimento das mesmas, o que se mostra compreensível diante do sistema burocrático de qualquer instituição pública brasileira.

Outro ponto que vale atenção, diz respeito a afirmativa de majoração desproporcional da alíquota do tributo em tela, que sob este prisma, o Juízo de piso, ao invés de restringir o recolhimento do percentual correspondente ao apontado como excessivo, proibiu o recolhimento de qualquer valor da citada contribuição, sem levar em consideração que a CIP, representa importante parcela de equilíbrio

357
EO

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

financeiro dos municípios brasileiros, principalmente aqueles mais carentes, semelhantes ao município ora agravante.

Nesse ínterim, mostra-se sem base lógica, retirar através de um provimento liminar, a arrecadação de uma contribuição de peso para o bom funcionamento da máquina estatal, ferindo a legítima competência tributária de um ente federado, diante, como se sabe, tratar-se de recursos custeador de um serviço de larga relevância social, *in casu*, a iluminação pública.

Se a argumentação da Ação Popular alicerça-se na premissa de excesso na majoração da alíquota tributária, o que deveria ser afastada seria justamente este excesso, mesmo que o autor popular tenha pedido, para privar o ente federativo da arrecadação total da contribuição, o que torna a medida excessiva e desproporcional.

Por sua vez, o *periculum in mora* não se apresenta evidente em favor do agravado, pois, o fato que rendeu ensejo à demanda ocorreu sem a presença da verossimilhança das alegações, o que embasa, numa ótica inversa, o risco da demora a amparar a pretensão suspensiva do município agravante, o qual está obrigado a abrir mão de recursos em sua totalidade, comprometendo seu orçamento, a qual, ante o contexto processual, não se mostra de forma satisfativa.

Diante disso, a antecipação dos efeitos da tutela somente deveria ser deferida em primeiro grau se houvesse nos autos provas suficientes para tornar verossímil a alegação de exacerbação do percentual permitido por lei, o que efetivamente não ocorre no caso concreto.

Ante o exposto, verifica-se que a fumaça do bom direito, a exemplo do perigo da demora, posicionam-se em favor da parte agravante, conforme requerido nas razões do instrumental.

Isto posto, voto no sentido de DAR PROVIMENTO ao presente instrumentalizado, para sustar os efeitos da decisão recorrida.

É como voto.

Recife, 29/05/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães - Relator